



"Quão Dificil Nos Temos Movido"

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
COMUNICADO NACIONAL 15/12**

12 de Agosto de 2012



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.

**Folhetim das Promoções
Revela Novas Injustiças!**

Quando denunciámos que as reais intenções contidas no Artigo 20º-A, da Lei nº 64/2011, de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado), aditado pela Lei nº 20/2012, de 14 de Maio (Orçamento Rectificativo), mais não eram do que a materialização de “promover sem pagar”, sabíamos bem que estávamos a por a nu a intenção de atirar com o processo das promoções para o mais tarde possível. Esta denúncia provocou que o processo fosse acelerado. Contudo, esperávamos que a resposta por parte da tutela fosse mais organizada e eficaz em vez de ser geradora de ainda mais situações de injustiça relativa.

Quando perante perguntas sobre o tão propalado processo das mais de cinco mil promoções, se ouviam os responsáveis pela tutela da Defesa Nacional, responder que tudo estaria em fase de rápida resolução, quando os chefes militares nos davam a informação que, ao nível dos ramos, a elaboração das listagens e a respectiva componente administrativa estava pronta a implementar, aguardando apenas o despacho conjunto dos ministros das Finanças e Defesa Nacional, não seria de esperar que as promoções estivessem agora a acontecer a conta-gotas, estando até agora concretizadas 1987 das anunciadas cerca de 5200, gerando situações de injustiça relativa, diferenciando ainda mais, e de novo, o tratamento entre militares. Não deixa de ser curiosa a quase inexistência, senão mesmo a total ausência, de despachos de promoção relativos a Sargentos dos Quadros Permanentes.

Se numa primeira fase este tratamento diferenciado se manifestou entre categorias, com prejuízo evidente para as categorias de Sargento e de Praça, conforme denunciámos no anterior comunicado (denúncia que mantemos, bem como a disponibilidade para lutar pela reposição da justiça), os despachos publicados em Diário da República, ao longo destas primeiras semanas de Agosto, vão deixando perceber outras situações de tratamento diferenciado, agora também, mas não só, entre militares das mesmas categorias.

Acresce que a norma do nº 3, do Artigo 20º-A, impondo que o efeito remuneratório da promoção só aconteça no dia seguinte à publicação do respectivo despacho em Diário da República, agrava o tratamento diferenciado. Atendendo a que as primeiras promoções a serem publicadas, por despacho do Presidente da República – e Comandante Supremo das Forças Armadas - foram de oficiais gerais, estes viram desde logo assegurado o efeito remuneratório das respectivas promoções, facto que a esmagadora maioria dos seus subordinados ainda não viu, nem sabe quando acontecerá ou sequer se acontecerá. O que se sabe é que cada dia que passa, agrava o tratamento diferenciado, em termos remuneratórios, entre os militares, independentemente das suas antiguidades relativas. Isto sim, isto é que pode pôr em causa a coesão e a disciplina no seio das Forças Armadas!

Entre as várias injustiças que vamos assinalando, realçamos o caso de militares que tendo “ousado” pretender enveredar por uma carreira de Sargento, nos Quadros Permanentes das Forças Armadas, se vêm noutra situação de tratamento diferenciado, em seu prejuízo, relativamente aos seus camaradas que, continuando no Regime de Contrato se viram agora, e bem, na lista dos promovidos, acto que não abrangeu os que optaram pelo Quadro Permanente. Ou seja, os que eram seus pares em Regime de Contrato constam da lista de promoções, os que frequentam o segundo ano do curso para o Quadro Permanente, ainda não viram a promoção que lhes é devida desde Outubro de 2011. Em relação a estes mesmos militares acresce ainda uma situação indefinida,

continuando a ostentar uma divisa de um posto militar que nem sequer existe no EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas). Será isto motivador logo no início de uma carreira militar como Sargento das Forças Armadas?

Num quadro em que a promessa de resposta, por parte dos responsáveis da pasta da Defesa Nacional (Ministro e Secretário de Estado), sobre a sustentabilidade do Fundo de Pensões dos Militares, seria dada até ao final de Julho e que continua por concretizar;

- num quadro em que se repetem problemas e distorções relativamente aos cálculos dos montantes de pensão de Reforma para inúmeros militares que agora transitam para essa nova situação;

- num quadro em que os aspectos sociais são sorrateiramente delapidados, como é por exemplo entre muitos outros, o caso do Subsídio por Morte;

- num quadro em que, no âmbito do processo de reforma da saúde militar em curso, os apoios sociais e de saúde se encontram gravemente ameaçados face à imposição de entidades estrangeiras em reduzir sucessivamente em 30%, 20%, até à suposta “auto-sustentação” do sistema de assistência na doença, é neste mesmo quadro que, coincidentemente, se vê a nomeação de um “licenciado” para, em onze dias, *elaborar um estudo detalhado com o diagnóstico atual da estrutura da ADM existente no IASFA, propondo eventuais alterações ao modelo organizacional*;

- num quadro em que, despidoradamente, o Banco Central Europeu vem sugerir a redução dos vencimentos mais baixos agravando a situação de dificuldade das famílias portuguesas e da economia nacional;

- num quadro em que, sendo reconhecido por entidades oficiais que a esmagadora maioria do povo português perdeu de forma significativa poder de compra e qualidade de vida;

- todas as injustiças com reflexos directos no sistema remuneratório se tornam ainda mais sensíveis e agravam os já depauperados orçamentos familiares.

Por fim, lemos as notícias das sessões, a propósito do CEDN - Conceito Estratégico da Defesa Nacional, que o MDN levará a efeito durante o mês de Setembro. A questão que deixamos é a seguinte: como é que privatizar a TAP é defender o interesse nacional?

Apesar do período estival em que muitos gostariam que estivéssemos distraídos, e porque sabemos serem estes os momentos escolhidos para implementação das medidas mais gravosas para os portugueses, o povo português, com quem temos um compromisso assumido sob forma de juramento, tem os olhos postos na firmeza das nossas acções, na elevação da nossa conduta, no exemplo da nossa perseverança e combatividade, por isso, **com dignidade, coragem e determinação, vamos continuar a construir o futuro!**

A Direcção

Lisboa, 12 de Agosto de 2012